Organização do MP deve ser repensada antes de decidir o mapa judiciário

Sindicato dos Magistrados do Ministério Público abordou o assunto em reunião de magistrados em Coimbra

O presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP), António Cluny, defendeu ontem que deveria ser repensada a organização dos serviços do Ministério Público (MP) antes de o Governo fazer uma reorganização territorial dos tribunais. Este foi um dos assuntos abordados numa reunião com vários magistrados em Coimbra, promovida pelo Centro de Estudos Sociais do Observatório Permanente da Justiça.

Na opinião do presidente do SMMP, só depois de se repensar a organização dos serviços do Ministério Público é que o Governo deveria pensar num sistema de reorganização territorial dos tribunais (mapa judiciário). "Como podemos organizar o Ministério Público para dar maior rentabilidade e uma atitude mais pró-activa na área penal? Que organização podemos ter ao nível dos grandes centros urbanos para que possamos dar respostas adequadas com os meios que temos?", questionou.

António Cluny defende que só depois de uma discussão do que se quer do Ministério Público será possível imaginar como será feita a distribuição pelo território nacional. "Não se pode discutir o mapa sem se debater todos estes aspectos", disse.

O Ministério da Justiça está a fazer um levantamento das necessidades dos equipamentos judiciais em todo o país para preparar um programa de reorganização dos serviços, que deverá estar concluído até Junho.

Em Fevereiro, o secretário de Estado Adjunto e da Justiça, Conde Rodrigues, explicou que o Governo está a avaliar as condições de funcionamento e as necessidades dos vários serviços judiciais, como tribunais, cartórios, conservatórias, estabelecimentos prisionais e de reinserção social, para saber quais as prioridades.

Segundo Conde Rodrigues, o programa de reorganização do sistema judiciário prevê intervenções em equipamentos localizados de norte a sul do país. Em algumas capitais de distrito, de acordo com o governante, as intervenções passarão essencialmente pela construção de novos tribunais.

Quanto às comarcas de pequenos concelhos, o secretário de Estado adiantou que o Governo vai "apostar num equilíbrio entre proximidade e qualidade dos serviços, ou seja, soluções que permitam manter a justiça próxima das populações sem gastar muito dinheiro". ■ LUSA